

# Memórias, lembranças, imagens: o cemitério

MARCELINA DAS GRAÇAS DE ALMEIDA\*

---

**Resumo:** O propósito deste artigo é discutir a importância dos cemitérios como locais de memória, na medida em que abrigam imagens, como a fotografia, que remetem a lembranças individuais ou coletivas.

**Abstract:** This article intends to analyze cemeteries like places of memory, while they present images, like photography, and remit to individual or collective remembrances.

**Palavras-chave:** Memória. Imagens. Cemitério.

**Key words:** Memory. Images. Cemetery.

---

“(...) para confirmar ou recordar uma lembrança, as testemunhas, no sentido comum do termo, isto é, indivíduos presentes sob forma material e sensível, não são necessárias”.

(Maurice Halbwachs)

A afirmativa acima é um elemento detonador para nosso diálogo acerca dos significados dos conceitos – representação, imaginário, memória e esquecimento – relacionando-os ao nosso tema de análise que se concretiza no Cemitério do Nosso Senhor do Bonfim, de Belo Horizonte.

Lugar emblemático, espaço cultural e simbólico, pleno de significações e, portanto, passível de múltiplas abordagens, o cemitério nos permite elaborar uma interpretação através da qual o situemos como espaço de memória-esquecimento, imagem – imaginário – representação.

Este é o propósito deste texto.

---

\* Mestre e doutoranda em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Este texto foi apresentado como parte das atividades avaliativas da disciplina “Imagens: lembrança e esquecimento na História”, ministrada no 1º semestre de 2003 no Programa de Pós-Graduação em História/UFMG, pela Profa. Dra. Maria Eliza Linhares Borges.

## Memória, lembrança, esquecimento – as meadas da teoria

Em um texto intitulado “El Arte de la Memoria”, Frances A. Yates<sup>1</sup> irá nos conduzir a uma ampla compreensão das questões que envolvem a memória, ao recuperar em sua análise, diversos momentos na história em que esta surge como uma referência e os usos que lhe são atribuídos pelos homens.

De acordo com Yates<sup>2</sup>, são os gregos os inventores da arte da memória, dentre as várias criações desta cultura singular, e confirma sua assertiva relatando:

En un banquete que daba un noble de Tesalia llamado Scopa, el poeta Simónides de Ceos canto un poema lírico en honor de su huésped, en el que incluía un pasaje e elogio de Castor y Pólux. Scopas dijo mezquinamente al poeta que él sólo le pagaría la mitad de la cantidad acordada y que debería obtener el resto de los dioses gemelos a quienes había dedicado da mitad del poema. Poco después se le entregó a Simónides el mensaje de que dos jóvenes le estaban esperando fuera y querían verle. Se levantó del banquete y salió al exterior pero no lograra hallar a nadie. Durante su ausencia se desplomó el tejado de la sala de banquetes aplastando y dejando, bajo las ruinas, muertos a Scopas y a todos los invitados, tan destrozados quedaron los cadáveres que los parientes que llegaron a recogerlos para su enterramiento fueron incapaces de identificarlos. Pero Simónides recordaba los lugares en los que habían estado sentado a la mesa y fue, por ello, capaz de indicar a los parientes cuales eran sus muertos. Los invisibles visitantes, Cástor Y Pólux, le habían hermosamente pagado su parte en el panegírico sacando a Simónides fuera del banquete momentos antes del derrumbamiento. Y esta experiencia sugirió al poeta los principios del arte de la memoria de la que se le condidró inventor. Reparando en que fue mediante su recuerdo de los lugares en los que habían estado sentados los invitados como fue capaz de identificar los cuerpos, cayó en la cuenta de que una disposición ordenada es esencial para una buena memoria.

Neste sentido, a autora, ao recuperar a história do poeta,<sup>3</sup> nos insere em uma discussão fundamental para a compreensão do conceito de memória e sua aplicação a partir do poder das imagens como elementos – agentes para acessar as lembranças e,

<sup>1</sup> YATES, Frances A. *El Arte de la Memoria*. Madrid: Taurus Ediciones S. A., 1974.

<sup>2</sup> YATES, op. cit., p. 13 e 14.

<sup>3</sup> Essa história é também citada em LE GOFF, Jacques. *Memória*. In: *História e Memória*. Campinas: São Paulo: Editora da UNICAMP, 1990, p. 440.

portanto exercitá-las. Podemos, a partir deste relato, indagar acerca da existência de uma topografia da memória, na qual lugares, ordens e imagens sejam elementos congruentes. Esta é de fato uma característica importante da memória.

Por outro lado, a obra de Yates, além de mencionar o desenvolvimento das técnicas mnemônicas que serão desenvolvidas e estudadas pela sociedade como forma de educar e treinar a memória, que de acordo com Le Goff<sup>4</sup> é a memória artificial, discutirá como este conceito foi abordado nos estudos clássicos de Aristóteles e Platão, bem como pelo mundo medievo e renascentista, culminando no avanço do pensamento científico, especialmente em Giordano Bruno.

Entretanto, se o trabalho de Yates destaca esse caráter normativo da memória, revelando-a como técnica para memorização, fixação e depósito de informações, Maurice Halbwachs<sup>5</sup> destaca o caráter social que se impregna ao termo.

De acordo com Halbwachs, a memória é produzida socialmente, pois em seu ponto de vista ser é perseverar, persistir, e a única forma de persistir é através da memória que, a seu turno, é uma construção social, pois ao recordar nos apropriamos de um passado produzido e mantido socialmente.

Para Halbwachs, a memória do indivíduo está relacionada com a família, a classe social a que pertence, com a escola, a igreja, a profissão, enfim aos grupos de convívio. Ao recordar, ao evocar as lembranças, o homem não recupera intacto o passado, mas o reconstrói, refaz, repensando com imagens e idéias do presente. Para Halbwachs a memória é trabalho que se produz socialmente e assim completa:<sup>6</sup>

nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem.

De acordo com Halbwachs, a memória individual existe, mas essencialmente como um ponto de vista da memória coletiva, destacando deste modo o seu caráter social. Essas idéias serão refe-

<sup>4</sup> LE GOFF, op. cit., p. 440.

<sup>5</sup> HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais, 1990.

<sup>6</sup> HALBWACHS, op. cit., p. 26.

rendadas por Ramón Ramos<sup>7</sup> em um artigo no qual se propõe a compreender os pensamentos de Halbwachs acerca da memória coletiva. Afirma Ramos:<sup>8</sup>

Se pude sintetizar la teoría de la memoria colectiva de Halbwachs presentándola como el eslabonamiento de tres ideas cruciales; la primera reitera la vieja máxima de que ser es perseverar; la segunda refunde y replantea la idea ancestral de que sólo es dado perseverar en le ser por medio de la memoria; la tercera retoma la tradición durkheimiana y propone que la memoria se construye socialmente o, dicho de otra manera, que al recordar nos acogemos a un pasado producido y mantenido socialmente.

E assim, dito de outra maneira, podemos entender a concepção acerca da memória como elemento de identidade e continuidade para o homem, ser social que constrói e reconstrói a história de seu grupo, compartilhando lembranças, criando vínculos e estabelecendo uma comunidade de interesses.

Por outro lado Michael Pollak<sup>9</sup> argumenta, em relação às análises de Halbwachs, naquilo que se refere a sua visão “otimista” a respeito da memória comum, da memória coletiva como elemento de coesão social, alertando para o fato de que atrás da memória dita coletiva se escondem as memórias subterrâneas, as memórias enquadradas, que se fixam nas fronteiras entre o dizível e o indizível. Além do mais, introduz à discussão dois elementos importantes para compreensão do sentido da memória na teia social. São eles: esquecimento e silêncio. De acordo com Pollak,<sup>10</sup> a memória coletiva ou memória oficial, em dados momentos, é resultado de “batalhas da memória” que se travam entre lembrar-esquecer e silenciar.

Nos processos constitutivos da reconstrução da memória de um dado grupo, nem sempre o silêncio conduz ao esquecimento, sendo mais uma estratégia de resistência face aos discursos oficiais. Silenciar e esquecer podem se configurar como estratégias de sobrevivência consciente e inconsciente face a uma realidade qualquer. Neste sentido, bastante significativas são as análises implementadas por Harald Weinrich<sup>11</sup> acerca do esquecimento.

<sup>7</sup> RAMOS, Ramón. Halbwachs y la Memoria Colectiva. *Revista do Occidente*. Madrid, setembro de 1989, nº 100, p. 63-81.

<sup>8</sup> RAMOS, op. cit., p. 64.

<sup>9</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, p. 3-15.

<sup>10</sup> POLLAK, *ibid.*, p. 4

<sup>11</sup> WEINRICH, Harald. *Lete Arte e Crítica do esquecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Ao analisar historicamente o conceito associa-o à palavra *aletheia*, verdade para os gregos. Estabelece relações etimológicas com a palavra *Lethe*, o nome do rio do esquecimento que, nos relatos mitológicos gregos, corria no mundo infernal, separando – o do mundo exterior, do lado da vida. Nele era permitido beber aqueles que tendo sido justos ou maus redimidos de seus erros e aspirantes a uma nova vida obtinham autorização de voltar à Terra, mas com o compromisso de esquecer as lembranças de sua vida anterior. As águas do *Lethe* tinham este mágico poder de apagar as marcas da memória.<sup>12</sup>

Novamente aqui se revela a força do esquecimento, não com um simples apagamento da memória, mas como uma estratégia de reconstrução e sobrevivência. Há verdades ocultas no ato de esquecer. Esquecer pode significar não querer lembrar, mas podem ser lembranças que em uma dada realidade possuam uma carga simbólica e força tão contundente na memória, que certamente ao ser esquecida o que se busca é a marca como lembrança. Um exemplo significativo deste aspecto é mostrado por Weinrich,<sup>13</sup> em seu livro sobre o esquecimento. Ele nos conta que o filósofo Kant, ao desejar o afastamento de sua memória das lembranças de um antigo criado, Martin Lampe, anotou em um papel a ordem: “Tenho de esquecer completamente o nome Lampe”.<sup>14</sup> Escrever para esquecer. Um lembrete remetendo à necessidade do esquecimento.

Há uma relação paradoxal no ato de escrever para esquecer, mas desde Platão já se questionava o valor da escrita para a perpetuação da memória. A memória existe, se compartilhada e a partir do momento do registro, este pode ser um passo para o esquecimento, pois nem tudo que se escreve se compartilha, se socializa.

Revela-se, portanto, a relação diacrônica entre memória e esquecimento e conseqüentemente sobre os infinitos silêncios que cerceiam o cotidiano das sociedades. Podemos, neste caso, refletir sobre a cidade de Belo Horizonte, a sua concretização como cidade metrópole e dentre os vários comportamentos que foram nela incrustados, nos interessa discutir mais de perto a relação com os mortos e, neste caso, singular, a constituição do primeiro cemitério da capital, o “Bonfim”.

<sup>12</sup> COMMELIN, P. *Nova Mitologia Grega e Romana*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 1983, p. 157-172.

<sup>13</sup> WEINRICH, op. cit., p. 105-117.

<sup>14</sup> WEINRICH, *ibid.*, p. 107.

## A morte, o arraial e a capital

No final do século XIX, o Arraial do Belo Horizonte, antigo Arraial do Curral Del Rei, não passava de um simples povoado de ruas tortuosas ocupadas por casas coloniais espalhadas desordenadamente em torno da antiga Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem. Este era o prédio mais importante da localidade, lugar para onde convergia toda a vida social. Era o ponto de referência para quem ali chegava.

Os arredores da igreja foi local de aglomeração da população, sendo, portanto, lugar onde se constituiu o Arraial, interiorizando a presença do templo na vida cotidiana de seus habitantes, caracterizando-se como intensa e necessariamente mediadora dos eventos e sentimentos que ali afloraram.

Era o templo o local onde as pessoas se reuniam não apenas com objetivos religiosos, mas questões relativas à política, sociedade e economia eram ali tratadas. Afinal, uma característica muito comum às igrejas da Minas Colonial: congregar os fiéis ao seu redondo, zelar e controlar suas vidas em todos os sentidos.

Era na Matriz que se realizavam os registros da Guarda Nacional, da compra e venda de terras, hipotecas, pagamentos de dívidas. Cuidava-se da vida dos habitantes do Arraial, bem como de sua morte. Além de controlar a vida prática dos belorizontinos, zelava-se pela vida religiosa: a Semana Santa, as procissões, a Queima de Judas, a Quaresma, os batizados, casamentos, os pequenos e grandes festejos particulares e cotidianos e especialmente da morte. Era ali, na matriz, que se realizavam os sepultamentos, ou seja, à Igreja cabia o cuidado da vida e da morte de seus fiéis.

Apesar da prática dos sepultamentos nas igrejas, comum na Idade Média, ter-se modificado na Europa desde a segunda metade do século XVIII, conforme nos aponta Philippe Ariès,<sup>15</sup> aqui no Brasil esse costume foi mantido durante muito tempo, sendo que apenas no final do século XIX, principalmente nos grandes centros urbanos, esse comportamento foi completamente extirpado da vida social.<sup>16</sup>

<sup>15</sup> ARIÈS, Philippe. *História da Morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977, p. 46, p. 101-107, p. 120, p. 122-128.

ARIÈS, Philippe. *O Homem Diante da Morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989, p. 34, p. 45, p. 50, p. 518.

<sup>16</sup> Sobre essa questão, é conveniente consultar: REIS, João José. *O Cotidiano da Morte no Brasil Oitocentista*. In: NOVAES, Fernando A. (coord.). *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, p. 95-141; e REIS, João José. *A Morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

No Arraial do Belo Horizonte essa situação era vivenciada no final do século XIX, quando aqui se instalou a Comissão Construtora com o objetivo de construir a capital mineira e proibir novos sepultamentos no adro da Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem foi uma das primeiras medidas tomadas pela Comissão Construtora da Nova Capital. A ordem era: os novos enterramentos deveriam ser feitos no cemitério provisório projetado para este fim.<sup>17</sup> Essa medida coadunava-se com o espírito da época, especialmente o projeto que estava se concretizando naquele instante que era a construção de uma cidade moderna e além do mais somava-se à precariedade com que os mortos eram tratados. É o que podemos perceber no depoimento de Camarate.<sup>18</sup> Ele nos diz:

Há só uma coisa que me constringe e comove, no meio de toda esta lufa-lufa necessária, para fazer surgir, do nada uma capital que deve trazer, desde o nascedouro, todos os resultados benéficos das conquistas deste século – é que, de há dois meses para cá, vejo enterrarem-se, numa cova que mal daria, em tamanho, para o corpo de um recém-nascido, cadáveres, sobre cadáveres; desenterrando-se os crânios dos antigos posseiros, ainda trazendo pedaços de pele pegados ao osso, e isto acompanhado do nauseabundo cheiro de cadáveres mal curtidos, de profanações (que não são outra coisa) com os crânios rolando pela terra onde todos pisam; *essa terra que dá ingresso ao Templo de Cristo, que entre todos os respeitos que pregou, também pregou o respeito pelos mortos!*

Afirmam-me que aquele cemitério improvisado fica numa zona que terá forçosamente de ser aterrada e talvez que, por esse motivo o dr. Aarão Reis não entendeu necessário arremeter *contra este costume antigo do povo da localidade.*

Mas, que demônio! Antes de Belo Horizonte ser escolhido para servir de alicerce, para a Nova Capital do Estado de Minas, já era uma localidade sujeita à administração e jurisdição do Brasil; onde, de norte a sul, sempre vi respeitar os que passam e que ficam!

Sei que este tristíssimo episódio que, nestes últimos tempos se tem repetido cinco ou seis vezes, pode perfeitamente ser lançado à conta do passado de Belo Horizonte; mas eu, em todo o caso, protesto contra ele, como cristão e como homem, e protesto, com a indignação sincera, de quem lhe dói a alma ou o coração de ver, na quietação e repouso da eterna vida, repetir-se essa constante luta dos humanos e que se define singela e eloqüentemente, nesta frase popular: “tira-te, para que me ponha!”

<sup>17</sup> Esta medida se deu entre junho e julho de 1894. Cf: Comissão Constructora da Nova Capital Revista Geral dos Trabalhos sob a direção do Engenheiro-chefe Francisco Bicalho. Rio de Janeiro: H. Lombaerts & Cia., agosto de 1895, vol. II, p. 6.

<sup>18</sup> CAMARATE, op. cit., p. 79-80 (grifos meus).

Parece que, em Belo Horizonte, a luta pela vida se prolonga, continua e emenda, na luta pela cova!

Camarate alardeava e protestava indignado contra o tratamento dado aos mortos no Arraial do Belo Horizonte tendo como suporte uma nova visão do conceito de cidade que naquele momento lhe parecia mais lícita. Entretanto, se tomarmos como referência o contexto em que este aparente desrespeito pode ser compreendido como uma sobrevivência dos costumes medievais em relação aos mortos.

Entretanto Camarate pertencia a um outro tempo e como engenheiro que era, seu zelo e sua preocupação em relação aos modelos de civilização e civilidade o faziam condenar aquele tipo de sepultamento, onde não se respeitava a individualidade e sequer as regras médico-higiênicas que, na Europa já vinha se tornando uma prática há algum tempo.

Acerca dessas preocupações e questões relacionadas à história do urbanismo, Jean-Louis Harouel afirma que os séculos XVII e XVIII representam o apogeu do urbanismo clássico que influenciará os períodos vindouros. Ele nos fala dos ideais urbanos que caracterizam as mentalidades naquela ocasião, tais como a recusa do gigantismo urbano, calcado no desejo de controle sobre o crescimento das cidades; os imperativos da circulação através de ruas retas e largas destinadas à comunicação e higiene urbana, pois era necessário que o ar, fluido vital, estivesse sempre salubre e purificado. Outra preocupação se refere ao desejo de deslocamento de locais como “mata-douros”, curtumes, fundições de gordura, prisões e hospitais para além do espaço urbano. Neste rol, também se encaixam os cemitérios, pois outro ideal urbano é a separação entre vivos e mortos. Harouel afirma:

Por volta do final do Antigo Regime, a opinião pública não tem mais dúvidas quanto à existência de uma relação direta entre a mortalidade e as *exalações* provenientes dos cemitérios urbanos e das sepulturas internas às igrejas. Tanto nas pequenas cidades quanto nas capitais, o cemitério torna-se o “bode expiatório no qual se cristaliza o medo das doenças e das contaminações”. É certo que o estado de muitos cemitérios não pesa muito a seu favor. Exíguos, sobrecarregados, mal-conservados, geralmente abertos ou mal fechados, o que possibilita que freqüentemente animais venham ali pastar e até cachorros e porcos desenterrem cadáveres, em alguns casos depósitos de imundícies, constituem uma área de lazer para as crianças, um local de encontro para os amantes, um espaço onde os tecelões secam as lãs ou mesmo uma verdadeira via de comunicação. O cemitério é propriedade, portanto, ao menos tanto dos vivos quanto dos mortos, o que aumenta, acredita-se, o risco de contaminação.

Em 1776, o rei proíbe os sepultamentos dentro das igrejas e determina a transferência dos cemitérios insalubres para fora das aglomerações urbanas. Mas a aplicação dessa determinação encontra muitas dificuldades, até mesmo rebeliões, pois a maioria do povo continua fiel à mentalidade tradicional herdada pela Idade Média que se baseia numa grande familiaridade com a morte e os mortos. Apesar dessas oposições, assiste-se a numerosas transferências de cemitérios nos últimos anos do Antigo Regime.<sup>19</sup>

São indagações como esta que Camarate expressa ao se referir à situação dos mortos no Arraial do Belo Horizonte. Mas se ele parecia descrente em relação à interrupção do costume, acabou se enganando, pois algum tempo após seu protesto, era criado o cemitério provisório e canceladas, definitivamente, as práticas funerárias na velha Matriz.

O Cemitério provisório foi preparado pela Comissão Construtora da Nova Capital nos terrenos que hoje estão situados aos fundos do Orfanato Santo Antônio, na confluência das atuais Rua dos Tamoios e Rua São Paulo. Lá foram realizados desde sua instalação até inícios de 1897, 285 sepultamentos. Todas estas mudanças são resultantes do plano ousado e até então inédito na história do urbanismo no Brasil que foi a construção de uma cidade inteiramente nova, pautada dentro de rigorosos projetos e estudos realizados por homens que se consideravam mensageiros do progresso e da civilização. Belo Horizonte irá nascer com esta epígrafe: ordem, progresso e civilidade.

Dentre os vários elementos que compõem a construção da cidade Belo Horizonte como a cidade da ordem, do poder e da civilidade, inscreve-se o Cemitério. Neste local cristalizam-se parte do imaginário de sonho da cidade moderna, a mudança no tratamento e destino dos mortos, a remodelação do espaço dos mortos, é congruente com a construção da cidade modelar. Trata-se da criação de uma imagem que irá se fixar no imaginário urbano naquele momento e ao mesmo tempo a construção de uma nova memória em detrimento de outra que deveria fazer, a partir de então, parte do esquecimento.

---

<sup>19</sup> HAROUEL, Jean-Louis. *História do Urbanismo*. Campinas: Papirus, 1990, p. 66 (grifo do autor).

## A capital e o destino dos mortos

Belo Horizonte foi inaugurada, com o nome de "Cidade de Minas", no dia 12 de dezembro de 1897, sob muita festa e comemoração. O propósito era construir a capital em tempo recorde, e este foi cumprido, pelo menos nas aparências, pois muitas obras estavam inacabadas e muitos projetos vitais estavam apenas no papel. Apesar de tudo, a capital trazia em si uma gama de expectativas e revelações, era o fruto concretizado das transformações que o país vivia naquele final de século. A instauração do regime republicano e a construção de uma nova nação se cristalizavam na concepção daquele novo espaço urbano. A construção de Belo Horizonte é carregada de significados político-simbólicos, tratava-se da primeira cidade planejada do país, além de determinar a mudança da capital do estado mais populoso e influente naquele momento histórico. A velha colonial Ouro Preto já não atendia mais aos propósitos políticos das elites mineiras naquele instante.

Para promover a mudança, foi composta uma Comissão de Estudos que tendo o engenheiro civil Aarão Reis<sup>20</sup> na chefia, se encarregou de analisar e indicar, dentre os diversos sítios concorrentes, qual deles prestaria à construção de uma cidade que primasse pela absorção e revelação de todo o progresso e conforto que o século XIX preconizava.

Apresentando relatórios que denotavam suas concepções político-ideológicas, que tinham no positivismo seu alicerce, especialmente na crença de que a indústria e a ciência eram o signo do futuro e assim a lógica e a matemática eram a resposta para os problemas da humanidade,<sup>21</sup> Aarão Reis submeteu ao Congresso sua avaliação, na qual indicava a Várzea do Marçal em primeiro plano, seguido do Arraial do Belo Horizonte. Numa votação apertada, o Congresso Mineiro optou pelo Arraial do Belo Horizonte, e assim teve início a construção da nova capital de Minas Gerais.

<sup>20</sup> Aarão Leal de Carvalho Reis (1853 – Belém/PA 1936 – Rio de Janeiro/RJ), engenheiro, arquiteto e urbanista. Estudou na Escola Central do Rio de Janeiro (Escola Politécnica), onde obteve os títulos de engenheiro-geógrafo, bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas e engenheiro civil. Foi professor, jornalista, ocupou cargos públicos importantes, além de defender idéias republicanas e positivistas. Em 1895, pediu exoneração do cargo que ocupava na Comissão Construtora da Nova Capital, sendo substituído por Francisco Bicalho. Cf. SALGUEIRO, Heliana Angotti. *Engenheiro Aarão Reis: o progresso como missão*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997.

<sup>21</sup> As localidades concorrentes eram Juiz de Fora, Barbacena, Várzea do Marçal, Paraiúna e Arraial do Belo Horizonte. Sobre as concepções ideológicas de Aarão Reis. Cf.: SALGUEIRO, op. cit.; e LARA, Fernando Luiz Camargos. *Belo Horizonte: da razão positivista à contaminação pelo cotidiano, uma visão através da literatura*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 1996. Dissertação de Mestrado, p. 40-41.

A nova capital mineira, planejada e construída entre os anos de 1894 e 1897, é um caso específico para se compreender o processo de modernização urbana no Brasil do século passado. Especialmente porque não se coloca fora do contexto internacional, dos debates e dos projetos de reformulação e reordenação do espaço das cidades que se veiculava naquele momento. Arte e técnica são os motores do impulso progressista e modernizador. São estas as idéias transmitidas por Heliana Angotti Salgueiro<sup>22</sup> ao estudar o processo de construção de Belo Horizonte e sua relação com o contexto internacional.

O referencial para os engenheiros, técnicos e planejadores da cidade será, basicamente, o universo europeu. As reformas operadas na cidade de Paris através do Barão de Haussmann, em 1853 e a urbanização da Ringstrasse em Viena, quase que no mesmo período, serão modelos freqüentemente referenciados e copiados pelos técnicos que pretenderam, aqui, erguer uma cidade totalmente nova e que refletisse todas as conquistas que o século XIX havia aberto ao mundo a partir da consolidação da Revolução Industrial e das novas percepções em relação à estética urbana.

Deste modo, portanto, desde a planta até as construções, o planejamento e a delimitação de características eram criteriosamente pensadas. A ordenação era o princípio de tudo, havia lugar para tudo, especialmente para aquilo que se pensava necessário existir no perímetro urbano. Tudo deveria ter seu lugar demarcado e planejado.

O planejamento da cidade impunha aos seus moradores os lugares e os espaços que deveriam ocupar. A grande avenida contornava, delimitando até onde a modernidade urbana deveria alcançar. Camada protetora que gestaria em seu interior a tão sonhada e feérica cidade com suas ruas desenhadas a régua e compasso, prédios previamente concebidos adotando modelos arquitetônicos e estéticos que pudessem com toda sua carga simbólica revelar os novos tempos.

Será então dentro deste novo contexto que o Arraial do Belo Horizonte desaparecerá sob o pó levantado pelas picaretas em contínuo e laborioso empenho para concretizar os desenhos das pranchetas. E, neste momento, a morte será afastada do centro urbano da capital. Cidade de espaços definidos, todos os habitantes, inclusive os mortos, tiveram seu lugar demarcado na nova capital de Minas Gerais.

<sup>22</sup> SALGUEIRO, Heliana Angotti. *Belo Horizonte: o nascimento de uma capital*. Belo Horizonte: Diário do Comércio, 1996. Catálogo de Exposição 15 de abril-12 de maio de 1996, p. 4.

O Cemitério da cidade ocuparia um terreno com área aproximada de 170.000 metros quadrados, num local conhecido como "Menezes", distante 650 metros do perímetro urbano. O local era alto e arejado, de solo seco e argiloso-arenoso, tendo em sua proximidade uma pedreira, o que facilitaria a construção. As obras de preparação dos terrenos e construção do cemitério e necrotério foram iniciadas tendo como empreiteiro o Conde de Santa Mariana.<sup>23</sup>

A localização estratégica do cemitério na planta da cidade nos fornece subsídios para compreendermos a mentalidade da época. O cemitério deveria ser amplo, arejado, a céu aberto, ocupando espaço suficiente para expansão e absorção dos mortos que a cidade dos vivos, naturalmente iria produzir, sem, contudo, perder o caráter de modernidade sob a qual a cidade era engendrada.

A convivência entre mortos e vivos já não podia ser tolerada, daí a equilibrada distância a ser mantida, especialmente fora do perímetro urbano, na zona determinada como suburbana na planta da capital, num local de fácil acesso, mas que não maculasse a ordem através da qual a cidade se organizava.

Esta cuidadosa mudança na topografia da morte tem seu referencial na Europa que, conforme nos aponta Philippe Ariès,<sup>24</sup> já vinha se delineando desde o final do século XVIII, momento em que o cemitério aparece nas preocupações expressas dos médicos e higienistas que desejavam vencer a insalubridade característica aos mesmos, bem como a remoção para fora das cidades, além da individualização das sepulturas como um passo decisivo para as alterações em relação ao modelo dos cemitérios e o culto aos mortos, através das visitas que passam a ser feitas à cidade dos mortos, bem como a utilização de monumentos e emblemas que passaram a demarcar a presença, mesmo que ausente, dos mortos para aqueles que, aqui, foram deixados. E será em consonância com estes novos valores e novos atributos imputados à morte que o Cemitério de Nosso Senhor do Bonfim se incorporará ao cenário da cidade. A instalação do cemitério irá se conformar na construção deste novo imaginário urbano, bem como na construção de um novo imaginário da morte.

<sup>23</sup> BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: Memória Histórica e descritiva História Média*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995, p. 602-604.

<sup>24</sup> ARIÈS, Philippe. *O Homem Diante da Morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990. Vol. II, p. 518-609.

## O Cemitério do Bom Fim: espelho de uma história

Construído e inaugurado na mesma ocasião da capital, o cemitério do Bonfim relata, através de seus túmulos, lápides e mausoléus, uma parte significativa da história de Belo Horizonte. Erguido fora do perímetro urbano, o cemitério não deixará de absorver em seu projeto e concepção o imaginário da cidade a que estava destinado servir. Na realidade, o planejamento de sua localização implicava, também, o planejamento de suas características estilísticas arquitetônicas. Para isto, a equipe de arquitetos e desenhistas da Comissão Construtora da Nova Capital elaborou plantas e projetos que definiam os aspectos básicos do local, desde o portão principal, casa do zelador e necrotério. Trabalharam nos projetos o eminente José de Magalhães (1851-1899), chefe da Seção de Arquitetura da mencionada Comissão, além de outros profissionais talentosos que deixaram seu registro em vários espaços da capital mineira.<sup>25</sup>

De acordo com Ariès,<sup>26</sup> o cemitério é um sinal de cultura. Em seu ponto de vista até mesmo a sua inexistência permite ao estudioso a compreensão de uma face de uma determinada sociedade e salienta que “as civilizações da Idade Média e da época moderna até o século XVII, pelo menos, não concederam aos mortos nem espaço nem mobiliário. Não são civilizações de cemitério”.<sup>27</sup>

Entretanto, afirma que o século XIX irá trazer os cemitérios à topografia das cidades, inaugurando novas atitudes e comportamentos do homem perante a morte. Acrescentando:

o cemitério reproduz, na sua topografia, a sociedade global, como um mapa reproduz um relevo ou uma paisagem. Todos estão reunidos no mesmo recinto, mas cada um no seu lugar, a família real, os eclesiásticos, em seguida duas ou três categorias de distinção conforme o nascimento, ilustração e praticamente a riqueza, já que os lugares estão à venda, e enfim os pobres. A primeira finalidade do cemitério é representar um resumo simbólico da sociedade.<sup>28</sup>

<sup>25</sup> O Museu Histórico Abílio Barreto guarda em seu acervo os projetos do Cemitério Municipal. Assinam e supervisionam esses projetos, além do já mencionado José de Magalhães, Hermano Zickler, Hermillo Alves, Aarão Reis, Edgard Nascentes Coelho, Pedro Cunha Macedo, Bernardo Figueiredo e Francisco Bicalho.

<sup>26</sup> ARIÈS, op. cit., p. 519.

<sup>27</sup> Ibid.

<sup>28</sup> Ibid., p. 547. Ao elaborar esta observação, Ariès está analisando a imagem do cemitério na França entre os anos de 1770-1780, mas podemos utilizar seus argumentos para refletir acerca do Cemitério do Bonfim e sua inserção na história de Belo Horizonte.

E será esse resumo simbólico da sociedade que podemos encontrar no Cemitério de Nosso Senhor do Bonfim. Como parte do projeto republicano-positivista dentro do qual a capital mineira foi idealizada e erguida, o cemitério irá representar rupturas decisivas numa sociedade tradicionalmente calcada na religião.

É importante lembrar que com o advento da República, em 1889, ocorre a separação oficial entre Igreja e Estado. O decreto nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890, aboliu o Padroado e estabeleceu um regime no qual Estado e Igreja deveriam caminhar separados. Dava lugar a um Estado não confessional, o nome de Deus não era invocado na Constituição Federal, era concedido às outras seitas religiosas o pleno direito de exercer pública e livremente seu culto.<sup>29</sup>

Outros pontos polêmicos foram trazidos à tona com a instituição do Estado laico como a obrigatoriedade do casamento civil e a secularização dos cemitérios. Sobre este último aspecto considerava-se, na visão dos defensores da fé católica, uma afronta ao fiel ter de descansar numa sepultura ao lado de um ateu ou blasfemador.<sup>30</sup> Neste contexto, portanto, o Cemitério do Bonfim irá refletir em suas quadras e mausoléus essas questões que, ampliadamente no plano nacional, se fizeram presentes naquele espaço.

Até a década de 40 o "Bonfim" foi o único cemitério da capital. Deste modo, todos eram nele sepultados. Temos então uma primeira noção de democracia da morte, entretanto se o cemitério resume a sociedade, irá revelar que as hierarquias sociais eram também mantidas no espaço da morte. Essa manutenção pode ser percebida desde a localização da sepultura, o tipo de material usado na construção do túmulo, os ornamentos, bem como a dimensão.

<sup>29</sup> Para entender um pouco mais sobre este processo indicamos algumas leituras embora não sejam as únicas e tampouco as mais importantes, entretanto fornecem ao leitor uma boa referência acerca do assunto:

AZEVEDO, Thales de. *Igreja e Estado em Tensão e Crise*. São Paulo: Editora Ática, 1970.

AZZI, Riolando. Igreja e Estado no Brasil: um enfoque histórico. *Perspectiva Teológica*. Belo Horizonte, nº 29-31, p. 7-17, janeiro-dezembro, 1981.

BRUNEAU, Thomas C. *Religião e Politização no Brasil e o Regime Autoritário*. São Paulo: Edições Loyola, 1979.

CIFUENTES, Rafael Llano. *Relações entre a Igreja e o Estado*. São Paulo: José Olympio Editora, 1989.

JÚLIO MARIA (pseudônimo de Júlio César de Moraes Carneiro). *A Igreja e a República*. Brasília: Editora UNB, 1981.

O Clero no Parlamento Brasileiro: A Igreja e o Estado na Constituinte (1891). Brasília/Senado Federal/Rio de Janeiro: IBRADES, 1986.

<sup>30</sup> Cf. *Clero no Parlamento...*, op. cit., p. 173, 179 e 180.

O traçado arquitetônico do cemitério obedece ao traçado geométrico da cidade. É composto por 54 quadras divididas entre duas alamedas principais e diversas ruas secundárias. A parte central do cemitério que é o cruzamento das principais alamedas encontra-se uma praça redonda ajardinada, tendo a imagem de Cristo ressuscitado, esculpida em bronze, neste local está sepultado Otacílio Negrão de Lima, ex-prefeito de Belo Horizonte, à esquerda da praça distando cinco quadras, encontra-se a capela. Trata-se de um edifício pequeno, construído na mesma época que o cemitério foi inaugurado, apresenta características estéticas condizentes com o ecletismo, estilo inclusive que predomina nos edifícios da capital. Encontramos na capela elementos estilísticos, greco-romanos e barrocos. Há vários elementos simbólicos que remetem à morte: a ânfora recoberta com uma mortalha, a cruz, archote, entre outros, ornamentando o pequeno templo.

Predominam nas quadras localizadas nas alamedas principais os mausoléus, as capelas e sepulturas mais requintadas construídas com material nobre, muitas delas importadas de São Paulo, Rio de Janeiro e até mesmo do exterior. A grande maioria dos túmulos que ocupam estas quadras pertencem às famílias influentes e importantes da capital mineira, bem como os túmulos-monumentos dedicados à nobreza política do Estado de Minas Gerais. Nas quadras mais afastadas da parte central e das alamedas encontramos sepulturas mais simples, destituídas de atributos e alegorias extremamente ostentatórias.

Nestes mais de cem anos de existência paralela à cidade dos vivos, a cidade dos mortos atravessou fases que acompanham as mudanças pelas quais sua parceira também vivenciou. Desde sua inauguração até a década de 1930 podemos identificar uma variedade de túmulos que exploram os recursos estilísticos da época, o *art nouveau*, a influência francesa se faz sentir na decoração tumular importada do Rio de Janeiro, São Paulo e exterior, em alguns casos até mesmo a exploração de matéria-prima local. A utilização do bronze é mais perceptível a partir da década de 40, momento em que a massificação e a repetição de alegorias, imagens e símbolos predominam na escultura funerária. Outros elementos também figuram como objetos de ornamentação dos túmulos e queremos aqui destacar a fotografia.

## Fotografia: memória, lembranças – a presença do ausente

Os cemitérios, em qualquer época, em qualquer sociedade são locais de memória. Não são apenas lugares de zelo aos mortos, porém locais de visitação, de retorno, de compartilhamento e agrupamento humano. Lugares onde se constroem e experimentam o devir social. São marcos da memória.<sup>31</sup>

Tendo sido até a década de 1940, o único cemitério da cidade irá se constituir no lugar agregador das lembranças e memórias de parte da história da capital e de seus habitantes. Erguido dentro dos padrões burgueses<sup>32</sup> do final do século XIX, ele irá se caracterizar pela individualiza o das sepulturas, a demarca o dos diferentes níveis sociais através da monumentaliza o arquitet nica, a constru o de elementos que possam constituir não somente uma expressão dos sentimentos e do imaginário da morte, bem como pela constru o da memória e evoca o daquele que já não mais habita o mundo físico.

Nesse sentido, um dos elementos decorativos, singularmente utilizados será a fotografia do morto, gravada em porcelana e incrustada ao túmulo e geralmente ornada por uma moldura de metal.

A fotografia   uma imagem, ou melhor, a representa o em imagem de uma imagem. Desde sua inven o, no final do século XIX, tem sido alvo das mais diversas discussões acerca de seu status artístico, bem como de sua propriedade de reproduzir o real em toda a sua dimensão.<sup>33</sup>

Sendo-lhe atribuída esse poder de evoca o, realismo, precisão e fidelidade ao ser utilizada como elemento decorativo nos túmulos, irá ser revestida de um poder que ultrapassa o do simples ornamento. Trata-se da cristaliza o do desejo de, algum modo, evocar, personificar a memória daquele que não se encontra mias no mundo físico.

A fotografia permite àquele que, por motivos vários, circulam pelo cemitério, compreender e se conscientizar da presença eterna daqueles que o fixam, revelando-se através das mais varia-

<sup>31</sup> Ver: LE GOFF, Jacques. Memória. In: *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p. 423-477.

<sup>32</sup> Catroga classifica esse tipo de cemitério como Cemitério Romântico. Cf.: CATROGA; Fernando. O Cemitério Romântico. In: ANACLETO, Regina. *Instituto Português do Patrim nio Arquitet nico e Arqueológico*. Lisboa: s. e, 1994, p. 75-84.

<sup>33</sup> Há uma vária produ o literária sobre a fotografia, entretanto a obra mais consultada para execu o deste texto  : BORGES, Maria Eliza Linhares. *História & Fotografia*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2003.

das expressões que, possivelmente, os definiam quando vivos. São elas: sisudez, placidez, seriedade, inocência, alegria dentre outras. É um momento eficiente para lembrar que naquele lugar é ocupado por um ser humano que já habitou este mundo e cuja memória será sempre reatualizada. Memória e lembranças que, em sua maioria, nada mais dão do que o reflexo dos desejos e das expectativas daqueles que aqui ficaram, dos vivos, dos sobreviventes, pois são eles que geralmente decidem como será construído e ornamentado o túmulo e, no caso da fotografia, certamente não escolhida pelo morto.

A fotografia serve como um simulacro de uma presença que não há mais, ou utilizando uma expressão de Otto Gerhard Oexle,<sup>34</sup> trata-se da idealização de uma memória, e “a memória dos mortos significa sua presença”. E em consonância com esta interpretação citamos a análise de Maria Eliza Borges sobre os registros fotográficos dos mortos, elaboradas no final do século XIX e que foram matéria de uma exposição em Paris. Afirma Borges:<sup>35</sup>

Ao retratar um ente querido que acaba de morrer, a imagem fotográfica faz reviver, em linguagem e estética seculares, “algo que se assemelha ao estatuto primitivo das imagens: a magia”. Nesses casos, a fotografia funciona como um “substituto” de posse de uma coisa ou pessoa querida, posse que lhe confere algumas das características dos objetos únicos. Sempre que vista, a imagem estimulará lembranças e, que sabe, aplacará a dor da perda.

### Amarrando as meadas

Diante das questões e aspectos que tentamos apresentar anteriormente, podemos afirmar que não existe ser sem memória. Ela é condição de identidade individual e ao mesmo tempo é condição de identidade e identificação entre grupos. A memória é construção as lembranças sempre que acessadas a partir do presente nunca voltam intactas, é sempre um processo de reconstrução, de recuperação das recordações, lembranças e experiências vividas individual ou coletivamente.

O conteúdo da recordação pode ser dividido em três partes, operando em um registro triplo: existe algo a ser lembrado, existe alguém que lembra e existe o grupo que participa da experiência a ser lembrada. A memória possui, portanto, este caráter sócio-

<sup>34</sup> OEXLE, Otto Gerhard. A Presença dos Mortos. In: BRAET, Herman; VERBEKE, Werner (orgs.) *A Morte na Idade Média*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 27-78.

<sup>35</sup> BORGES, op. cit., p. 63.

comunicativo, este caráter social. A nossa experiência é produto de uma prática comunicativa e o homem nunca está sozinho, a experiência é produto de um grupo e ao recordar, como já afirmamos anteriormente, calcamos nossas recordações em marcos, em lugares. Evocar o passado é evocar uma época e um mundo social e a recordação coletiva é a certeza de um passado comum e compartilhado.

Os gregos já demonstraram a importância dos lugares e dos marcos para o exercício da memória, portanto é importante ressaltar que a construção das lembranças está calcada em lugares simbólicos que podem ser vários: festas, comemorações, peregrinações, espaços simbólicos no conjunto de um determinado local, e no caso específico – o cemitério.

O cemitério é um lugar simbólico, um lugar de memória, onde lembranças individuais e coletivas se congregam, onde histórias, mitos e lendas são construídas e, conseqüentemente, podem significar manipulação, enquadramento e pressão.

A própria construção do cemitério, a instalação na cidade que já nasceu destruindo e construindo memórias é um forte indicador deste aspecto múltiplo da memória que oscila entre lembrança e esquecimento, operando num processo seletivo, muitas vezes de difícil compreensão.

A sociedade valoriza lugares topográficos de memória, através da intenção e da necessidade e assim se constitui o cemitério do “Bonfim”, que nasce com claros objetivos de criar uma nova conformação ao lugar destinado aos mortos e passará a abrigar em seu espaço elementos que nos permitem perceber histórias individuais, imagens individuais e também coletivas.

Esta demarcação das lembranças e da memória se cristaliza nas imagens que compõem o cemitério, nos elementos ali utilizados para registrar presença ou comunicar a ausência através da presença, aspecto este que é bem ilustrado pelo uso da fotografia.

Assim sendo, é possível entendermos os trabalhos da memória como princípio de unidade e continuidade, como ponte que assegura o vínculo entre o sujeito e suas experiências<sup>36</sup> e é possível exercitar este olhar enxergando no cemitério mais que um mero local de sepultamentos.

<sup>36</sup> Esta idéia foi extraída do texto: MITRE, Antonio. *El dilema Del Centauro Ensayos de teoría la historia y pensamiento latinoamericano*. La Paz: Universidad Mayor de San Andrés, s. d.